

A Museologia Social e os movimentos sociais no Brasil

Pedro Pereira Leite –Centro de Estudos Sociais

Universidade d Coimbra

Resumo

O artigo tem como objectivo analisar a relação entre a museologia social e os movimentos sociais no Brasil. Procuramos analisar a emergência reflexão da função Social dos Museus como um processo que conduz a um movimento de renovação na museologia que lhe permite adequar-se aos processos de transformação e inovação social. A análise de alguns casos nos museus de favela no rio de Janeiro, que surgem no âmbito de políticas públicas culturais demonstra que os processos museológicos podem constituir-se laboratórios de ação social. Estes museus são espaços de encontro das comunidades com as suas memórias, com os recursos dos seus territórios e permitem a emergência da produção de novas narrativas museológicas

Palavras-chave: Museologia Social, Inovação Social, Pontos de Memória, Encontro, Transição,

Abstract

The article aims to analyze the relationship between social museology and social movements in Brazil. We analyze the emergence of the reflection on Museum Social Function and the renovation on Museological Theory as a process to adequate the scientific action research to the social transformation. The analysis of some cases in museums slum in Rio de Janeiro which arise in the context of cultural public policies demonstrate that museological processes can be an adequate labs for social action. These social laboratories constitute a space for communities to find their memories explore their territories, memoires and resources and lead to the production of new museological narratives and build social innovation

Key-words: Social Museology, Social Innovation , Memory Points, Encounters, Transition

A Museologia Social e os movimentos sociais no Brasil

A museologia como ciência que estuda a relação das sociedades com os seus objetos de memória tem vindo a afirmar-se como um campo de construção de inovação social. Vivemos tempos de globalização onde tudo se altera rapidamente. O tempo fragmenta-se e o espaço comprime-se. Esta instabilidade onde tudo se torna rapidamente obsoleto e não pertence a nenhum lugar obriga a museologia a procurar acompanhar os movimentos da sociedade. A museologia social, aproveitando os importantes movimentos gerados em torno da museologia e a da educação, expressos na Mesa Redonda do ICOM sobre o papel dos Museus na América do Sul, realizada em Santiago do Chile em 1973¹, constitui-se como uma resposta a este desafio. Uma proposta que revoluciona a tradicional relação do museu com os objetos museológicos recentrando o processo museológico no ser humano como produtor de conhecimento e o espaço museológico como local de encontro.

A clássica matriz vectorial expressa na relação do visitante com o objeto museológico no espaço do museu, que constitui a base do museu tradicional¹ transforma-se numa relação trinarria: Os territórios, as comunidades e os novos objetos museológicos.

Se nas instituições mais tradicionais a clássica narrativa museológica se afirmavam com base na diacronia (ilustração duma história) ou na sincronia (demonstração de identidades e comparação); esta nova museologia procura criar outros pontos de locução, sejam eles fora dos edifícios ou fora das elites académicas. A busca da pluralidade das narrativas permite a emergência de novas formas de pensar o objeto museológico.

Esta distinção que aqui fazemos, entre tradição e modernidade, é meramente ilustrativa duma tendência sobre o posicionamento das instituições de memória face aos objetos museológicos. Os últimos anos do século XX foram anos onde surgem importantes e significativas transformações nos processos de comunicação. Os museus mais tradicionais não ficaram imunes a essa contaminação produzida pela emergência da pluralidade dos instrumentos de comunicação. Há importantes movimentos de actualização e valorização dos processos museológicos tradicionais. Também o desenvolvimento dos serviços educativos, que na segunda metade do século XX se alarga a praticamente a todas as instituições museológica, contribuem de forma muito intensa para uma transformação da relação entre os objetos museológicos e os seus públicos nos espaços museológico mais tradicionais.

O que nos parece relevante na sequência da declaração de Santiago, de 1973, e que se consolidará na constituição do Movimento Internacional para uma Nova Museologia, em Lisboa, em 1985, é a consciência de que nos museus a expografia tende a deixar de ser uma relação causal, para se transformar no centro do processo museológico. Um processo que procura agora capturar a diversidade do mundo ao invés de fornecer um discurso sobre esse mundo.

Com este pano de fundo a museologia social afirma-se a partir da relevância da função social. A sua preocupação com os resultados dos processos sobre a sociedade. Essa preocupação teve profundas influências na forma de pensar a museologia que se assume

1

como uma ciência aplicada que estuda a relação entre os objetos socialmente significativos e a comunidade no espaço.

A questão da museologia como disciplina científica é uma questão controversa. Haverá quem assuma que não se trata dum campo de conhecimento mas sim duma prática de comunicação do conhecimento científico, que se relaciona com a estética, com a comunicação, e com as ciências de gestão. Há quem defenda a sua relevância como áreas de investigação dos fenómenos museológicos (que se constituem como relação da museália com o sujeito). A publicação em 2005 do trabalho “*Conceitos Chave da Museologia*”ⁱⁱ, por André Desvallées e François Marresse vem mostrar o estado do debate sobre esta matéria. Não cabe neste lugar detalhar a questão sobre o estatuto da disciplina da museologia, mas interessa relevar que a questão da Função Social do Museu constitui um lugar de enunciação para quem trabalha na museologia social. Um lugar de construção de ciência, que reivindica uma episteme.

Assumir a museologia como área de produção de ciência é também uma opção por um questionamento crítico sobre as relações que se estabelecem no domínio das heranças das comunidades, das cartografias sobre os seus territórios de pertença, como um processo de autoconhecimento que permitem identificar o conjunto de recursos a mobilizar na construção da inovação social.

Esta nova museologia assume-se como um processo de colocar perguntas pertinentes para as questões relevantes da comunidade. Uma museologia que se foi desenvolvendo sobre diversas formas; seja como ecomuseus, museus de comunidade, museus de favela; que parte de problemas pressentidos pelas comunidades e procura dar resposta às questões. Se queremos conhecer os fenómenos não podemos ficar no leito. Temos que procurar nas margens. É aí que as coisas se transformam. Pensar a museologia social como um processo de envolvimento na transformação do mundo em que vivemos. Um instrumento de transformação.

Contudo, esta proposta de uma museologia crítica que hoje se apresenta em diferentes formas um pouco por todo o mundo, mas com uma particular relevância na América do Sul, não se propõe substituir às diferentes instâncias e organizações sociais. Os processos desta museologia social assumem-se como laboratórios de experiência social. Assumem-se como espaços de encontro que permitem às comunidades testarem soluções que podem ser relevantes. Essas comunidades, através das suas formas de organização social, poderão ou não concretizar essas experiências.

Há um poema dum dramaturgo alemão que ilustra o exercício de devemos fazer quando trabalhamos em museologia social: “*Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem.*” (Brecht, 1976). Este é o desafio de olhar a partir da comunidade para as diferentes formas de ver os problemas, como processo de busca das diferentes possibilidades de solução. Uma museologia que parta das escolhas dos seus protagonistas.

Essa metáfora mostra com a clareza possível o novo paradigma desta museologia social. Olhar para o mundo como busca de soluções possíveis, utilizando o espaço como local de encontro para experimentar soluções. A ciência museológica assume-se como uma ciência das margens. Da procurar e experimentar a transformação. Essa nova museologia está hoje, na América do Sul bastante mais próxima dos movimentos sociais e das forças de transformação da sociedade. São mais visíveis.

Movimentos sociais e museologia social

Nos primeiros anos deste novo milénio novos movimentos sociais têm protagonizado novas formas de organização, novas ideias e novos protagonistas. Qual o lugar da museologia social no âmbito destes movimentos sociais é o que procuramos brevemente abordar. Como ponto de partida temos o que observar este mundo em termos de movimentos sociais. Os últimos anos surpreendem-nos com aquilo que podemos chamar uma nova e vaga de movimentos sociais, que transporta uma intensidade de ação que mostram vitalidade a energia criadora dos povos na procura de soluções para os seus problemas.

Os últimos anos do século vinte já haviam assistido aos intensos movimentos pacifistas, contra a guerra do Vietname e contra a ameaça nuclear, na América do Norte e na Europa; assistiram à emergência dos movimentos pela democratização da América do Sul e foram uma força determinante no fim de inúmeros regimes ditatoriais. Foram os movimentos sociais que consolidaram os direitos sociais: os direitos da mulher, do negro e das minorias, foram reconhecidos depois de uma intensa organização de demonstrações e campanhas de sensibilização da opinião pública. Assistimos à emergência dos movimentos ambientalistas que acentuam a consciência dum destino comum num planeta em acentuada crise ambiental energética.

A vinte e cinco anos começou o surpreendente colapso do mundo comunista do leste europeu. Iniciado com um intenso movimento social pela reunificação da Alemanha, simbolizado no derrube do muro de Berlim Alemanha de Leste. Os movimentos sociais rapidamente alastraram pela Ásia e médio oriente. Ao mesmo tempo a China comunista iniciava o seu movimento para “um país dois sistemas”, criando um “capitalismo de estado, o que tem vindo a questionar a ligação entre o mercado e a democracia.

São movimentos sociais contraditórios. Por exemplo, na Europa ao mesmo tempo que velhos conflitos nacionalistas são resolvidos, outros surgem sobre formas de aprofundamento da participação da autonomia democrática, como acabamos de ver no caso da Escócia e Catalunha. Por outro lado o que sucede na Ucrânia ou a memória do caso dos Balcãs evidencia que a guerra é um fenómeno que está ainda bem presente como possibilidade de conflito neste nosso tempo e espaço europeu.

O mundo transforma-se num imenso mercado global, regulado por agências financeiras e por intensas trocas comerciais. Um mundo que persiste em ser desigual, onde a fome continua a afetar milhões de seres humanos, onde os benefícios dos avanços da ciência tardam a ser acessíveis á maioria dos habitantes dos diferentes países. Um mundo ainda imperfeito que a tradição dos movimentos sociais continuava a procurar transformar em ação política emancipatória através da ação colectiva.

Em 2008, na sequência da intensa crise financeira, criada pela especulação e pela ganância dos especuladores mundiais, na Europa e na América, assistimos a um recrudescimento dos movimentos sociais. Surpreendentemente observámos que esses movimentos se alargam a diferentes áreas do globo e inovam nos métodos usados.

No norte de África, na sequencia do problema do desemprego e da autocracia, gera-se uma vaga insurgente onde que alastra rapidamente por toda a bacia do mediterrâneo. Na América do Sul, com o crescimento da procura das matérias-primas no mercado mundial, surgem movimentos a reivindicar uma melhor distribuição da renda, uma

melhor distribuição dos recursos e uma maior atenção a transparência das decisões dos governos. Movimentos que ficam conhecidos com a “Primavera Árabe”, os “Indignados” os “Occupy Wall Street”. Movimentos sem dúvida muito heterogêneos, de fins diferentes, mas com uma ação muito mais extensa e persistente do que aquela que as agências noticiosas nos acabaram por dar.

Como sabemos quando trabalhamos sobre a teoria social, os processos de transformação social que emergem devem ser observados a partir dos movimentos sociais que os geram. É neles que encontramos os elementos novidade. Novas formas de organização e práticas que estão a emergir. A teoria social diz-nos que as organizações do poder político tendem a conservar as formas de organização hegemónica, enquanto nas formas de contestação desse padrão de organização social tendem a inovar. Essa inovação, em grande parte, é protagonizada pelos movimentos sociais. A produção de inovação social que emerge como prática de contestação permite entender as tensões que estão presentes na sociedade.

A análise da produção de inovação social é uma forma de analisar e entender os ritmos da mudança social. Olhar para a produção de inovação social, mais especificamente para as formas de produção de inovação na museologia social é procurar respostas para entenderes de que forma os processos museológicos se estão a justar e a acompanhar os ritmos de transformação das sociedades.

Manuel Castells, no seu livro sobre as sociedades da informação (Castells, 2002) defende que os padrões da mudança social protagonizada pelos movimentos sociais se encontram no campo das ações de rua. Afirma Castells que as organizações políticas parecem estar bloqueadas na produção de soluções para os problemas das sociedades que pretendem dirigir (ibidem). Dessa forma são os movimentos sociais que estão a pressionar a organização social a introduzir ajustamento e alterações nas suas formas de organização política. Segundo a proposta de Castells, se procurarmos os motivos que levam os indivíduos a agrupar-se em determinados contextos e em determinadas circunstâncias, para desenvolver uma ação social e pressionar as formas e processos de organização social, estamos a analisar os processos de transformação social.

Nesta obra, Castells defende que o processo de mudança se gera a partir duma emoção individual. Face a determinadas circunstâncias, por ação de um elemento catalisador e que se verifica ser socialmente partilhada por membros dum grupo, a emoção individual mobiliza a ação social. Castells identifica a produção da *raiva*, como esse elemento catalisador. (Castells, 2002). A condição é que essa emoção individual tem que ser socialmente partilhada. O potencial de revolta social emerge da partilha da raiva, o que obriga a que na sociedade emergjam e se tornem relevantes elementos que produzam essa emoção.

A raiva é uma das emoções básicas do ser humano. Ela contém um potencial para motivar a ação no indivíduo contra a situação percebida como danosa. É essa raiva quando socialmente partilhada pelo conjunto dos indivíduos num determinado momento e face a uma determinada situação, entendida ou percebida como injusta, que produz uma potencial para a ação social. A base do movimento social procura solucionar um ou vários problemas pressentidos e que produzem raiva.

A raiva é geralmente conotada como uma emoção negativa, na medida é que se relaciona com a agressividade, a violência, a ira e a hostilidade. Trata-se duma emoção

de defesa do sujeito que desencadeia atitudes de agressão física ou verbal. O ser humano organiza-se seguindo padrões de organização (regras). Esta capacidade de construção de regras implica a capacidade de as formular e de aferir a sua utilidade. Nesse sentido, a raiva, para além da emoção também transporta a capacidade de simbolização (abstração) do mundo, transportando a possibilidade correção de comportamentos, de avaliar os erros e de construção da adequação necessária.

No entanto, com afirma Castells (2002), não basta a raiva, mesmo que partilhada por um número significativo de membros, para se gerar a revolta. É necessário acrescentar ainda o *medo*, uma outra emoção básica do ser humano, para que se gere revolta social. O medo resulta duma situação coerciva. O medo eclode perante uma percepção de perigo para o indivíduo e para o grupo, produzindo comportamentos de proteção, individuais e de grupo. O medo é uma emoção que desencadeia sempre uma ação.

No caso dos grupos humanos, o poder social organiza a forma da sociedade, legitimando os processos de ação social, fornecendo as estruturas sociais de concretização da ação e disponibilizando as respetivas narrativas de legitimação simbólica. Ora em certas circunstâncias, quando a percepção de que essa organização social não está a responder adequadamente às necessidades dos membros do grupo, perante a percepção de bloqueamento e os impasses do enfrentamento, a raiva pode emergir.

A raiva perante situação conduz ao enfrentamento das estruturas de legitimação social e impelem para o movimento de revolta. Se as estruturas de coercitividade social, como lhe competem reagiram, a repressão leva à produção de medo. A ação social poderá procurar ultrapassar o medo pela revolta, ou poderá ser reprimida não produzindo a ação. O momento catalisador da revolta é sempre uma incógnita.

De qualquer forma o que interessa relevar nesta análise de Castells é que movimento social é uma ação de revolta contra uma situação injusta cuja percepção de resolução surge bloqueada. A frustração gera a raiva que se pode transformar em fúria pela percepção da duma ameaça que gera medo. Quando essa situação se sintoniza num conjunto alargado de membros, a união de todos é um mecanismo de superação do medo e da raiva, libertando o potencial criador da ação social. A revolta é uma forma de resolução dum conflito social.

Segundo essa perspectiva, podemos concluir que o processo de mobilização do grupo para uma ação é uma forma de ultrapassar o medo. Trata-se dum processo onde o indivíduo se insere no movimento do grupo, por via da sua revolta, depositando nesse movimento a esperança da resolução dos conflitos em que se sente envolvido.

O que procuramos relevar nesta análise, é que, como diz Castells, todo o processo social é simultaneamente um processo de interação comunicativa. Através da análise dos processos de comunicação entre os membros do grupo e entre estes e o exterior, poderíamos identificar os principais vetores dos processos de mudança social.

A questão da análise dos processos de comunicação entre os membros do grupo torna-se crucial para analisar a capacidade de mobilização do grupo, a sua capacidade de processar e partilhar essa comunicação. A manutenção de fluxos de comunicação constantes é uma parte do processo de manutenção da ação e da superação do individual pelo movimento de conjunto.

A análise dos processos de comunicação entre os movimentos sociais nestes últimos anos permitem comprovar esse paradigma da teoria social. A produção de inovação social por estes movimentos é muito intensa, diversificada e enuncia importantes transformações. A capacidade de comunicação e a plataforma tecnológica evolui muito aceleradamente, permite a estes movimentos sociais a geração de comunicação em tempo real. O movimento social hoje liga-se em tempo real, gerando em tempo real uma multiplicidade de interações comunicacionais, obrigando à prática de novos processos de decisão sobre a ação. O global e o local estão conectados. Gera-se uma conexão instantânea entre qualquer pessoa em qualquer local. Cada indivíduo comunica instantaneamente com outros, em qualquer escala.

O tempo e o espaço dos movimentos sociais

Ao invés do passado, onde o acumular das tensões, do medo e da raiva levava ao um lento aquecimento que culminava numa revolta social generalizada e profunda; hoje toda a tensão pode eclodir e manifestar-se por contágio em qualquer lugar, em manifestação que podem ser mais ou menos intensas, mais ou menos duráveis. O que há de novo nestas manifestações é que em muitos casos elas ocorrem fora ou na margem dos poderes globais. Poderes que embora possam controlar alguns canais, raramente podem impedir uma difusão instantânea que funcionam como catalisadores da ação. Um processo de comunicação, quando gerado, não pode ser controlado.

Este foi um dos métodos usados pelos movimentos sociais. A utilização da rede de comunicação global que permitiu o acompanhamento instantâneo em qualquer lugar, através de múltiplos canais rizomático. Estes movimentos sociais tiveram por base a indignação. Indignação que gera a revolta por se ter entendido que a ação dos estados privilegiou as organizações financeiras em detrimento dos indivíduos. Foram intervenções dos Estados que incrementaram a concentração da riqueza e a socialização dos prejuízos. O movimento desencadeia e canaliza a indignação das pessoas contra os Estados. Essa indignação contra o Estado foi o que catalisou e canalizou a revolta social.

Mas se estes movimentos sociais nascem na rede social da Internet, que é um espaço de troca de informação protegido isto é, não passível de ser censurado no momento e onde através de um único impulso se contagiam múltiplos pontos que em cadeia desencadeiam ondas de expansão, as relações sociais, todavia, acontecem em situação.

Não bastará apenas a raiva e o medo para gerar, através das novas tecnologias, um movimento social. É também necessário, que em contexto, as redes de proximidade funcionem. Não há movimento social com indivíduos isolados, mas sim com conjunto de indivíduos a agirem em conjunto. Para que estas conexões sociais de proximidade se mobilizem e se contagiem é necessário que elas preexistam. Para que haja movimento social é necessário que existam espaços e tempos de sociabilidade. Antes, durante e depois.

Estes novos movimentos sociais, embora se concretizem em espaços e tempo locais, a partir de problemas locais, mobilizam, como manifestos, ideias globais. O que se pede na praça pública é democracia, igualdade, liberdade, justiça, quase sempre contra as situações geradas pela limitação dos poderes políticos. Há portanto um potencial de criação de inovação, quer em novas relações sociais, quer em novas práticas sociais.

Se o que acontecia no passado, onde o tempo de construção dos fenómenos locais em fenómenos globais era lento, esse tempo, nestes novos movimentos sociais tornou-se agora num tempo instantâneo. Ao mesmo tempo a que mobiliza a comunidade local em torno dos problemas pressentidos localmente é a percepção da sua dimensão universal. E essa é também uma nova dimensão destes movimentos. A sua capacidade de localmente protagonizar movimentos globais.

Os problemas ecológicos, os problemas das mulheres são problemas hoje globais, mas vividos localmente. Quando ocorre uma violação dos direitos humanos num local, eles podem ser instantaneamente ampliados pelas redes de comunicação. Esse eco, por sua vez, amplia a eficácia da ação local, pelo fluxo crescente de interesse sobre o fenómeno.

Os movimentos sociais: a confrontação com as diferentes ordens do poder e a afirmação das diferenças

Há ainda uma outra característica nesses movimentos sociais, talvez a mais interessante em termos de inovação. Sabemos que existe uma tensão entre poderes locais. Uma tensão que foi permitindo a emergência de poderes globais, que atuam globalmente procurando absorver poderes locais, mostrando-se tanto mais eficientes nesse desígnio, quanto maiores foram o número de casos de subordinação.

Na lógica da competição entre poderes, a dimensão global é o espaço da afirmação do poder e a dimensão particular assume-se como o espaço da afirmação das diferenças. Na tensão entre o geral e o particular, o primeiro tende a procurar subordinar o segundo, ao mesmo tempo que a diferença procura assegurar a sua sobrevivência, negociando compromissos e metamorfoses. Ora se controlar o espaço local é a forma como o poder regula o espaço e o tempo, as normas são formas simbólicas como esse poder controla os indivíduos no espaço e no tempo. A regulação social tem como função assegurar as conformidades da ação social. As sociedades globais instituíram as formas de representação democrática como forma de regulação do poder político. As suas disposições são formas simbólicas de controlo social.

A democracia representativa permitia o exercício desse compromisso entre a tradição e a modernidade. De uma certa forma, assumiu-se como forma de regulação global, gerindo a mudança entre equilíbrios de poderes. Ora nestes novos movimentos sociais podemos observar que eles também transportam uma contestação direta às formas de exercício do poder global, através da proposta de novas formas de exercício do poder democrático. De alguma forma estes movimentos estão a reinventar a prática da discussão democrática e o exercício e a experimentação de novas formas de democracia. Estão a reinventar a democracia participativa. E dizemos reinventar porque estes movimentos estão também a encontrar novas formas de exercitarem patrimónios e heranças que foram sendo esquecidos pelas práticas hegemónicas.

Nesses movimentos sociais estão a emergir novas formas de expressão democrática e estão a ser recuperados importantes patrimónios das economias solidárias e mutualistas. Por exemplo, práticas de trabalho em espaços comuns, com é o caso dos Baldios, permitem a estes movimentos sociais experimentar novos campos da economia local, de organização social e novos modos de fazer ação política. São espaços onde estamos a ouvir a vozes do mundo.

Não sabemos que novas formas de tomar decisão política irão emergir nesta novas sociedades dominadas por redes de informação e comunicação. Conseguimos no entanto entender que há novos processos de tomar decisão, de aprender a tomar decisão, das quais poderão sair novos tipos de organização sócia, adequadas às sociedades em rede e à democracia participativa.

A ação social e a expressão dos afetos como inovação social

Um outro elemento de inovação social que estes movimentos sociais têm revelado, e esta é uma questão crucial para a museologia social, é a sua experiencia dos afetos. Mais acima argumentávamos que a raiva e o medo constituem o caldeirão emocional primordial que desencadeia a ação. A questão do afeto constitui a sua resolução.

A ação social em conjunto é também uma redescoberta do sentido de se estar junto. De entender o afeto e a criatividade do grupo. Os movimentos sociais estão a catalisar novas experiências sociais que opõem ao fascínio da sociedade dos indivíduos e ao individualismo altruísta hollywoodesco, com base no herói solitário.

Muito tem-se interrogado sobre os resultados destes movimentos sociais. Pergunta-se qual é a eficácia do movimento e o que é que ele tem trazido de novo para as problemáticas da emancipação social. Temos observado que nestes movimentos, os seus resultados não são particularmente relevante. É certo que o movimento produz sempre qualquer resultado. Mas o que é sobretudo relevante é a participação no processo. A experiência de viver em processo e a aprendizagem de tomar voz, de encontrar outras vozes e de em conjunto procuraram caminhos constituem, em muitos casos caminhos de liberdade que vão sendo, localmente construídos, mostrando a diversidade das experiências.

Podemos afirmar que nestes movimentos sociais se está a construir o futuro e a decantar as novas formas de organização social. São movimentos, onde a partir dos problemas locais, dos problemas das pessoas, se estão a procurar soluções. Sabemos que os grandes processos de mudança na história não se geraram através de combates por ideias políticas, mas através das práticas dos movimentos sociais. São as ações destes movimentos que acabam por produzir transformação nas formas de organização dos sistemas políticos e na relação das instituições políticas com a sociedade. A capacidade destes de responderem á sociedade é que determina o seu grau de adequação. Os processos de comunicação estão a fazer emergir novas formas de organização que permitem ultrapassar os bloqueios dessa sociedade que se mostra incapaz de resolver os problemas sociais e procura, através do enfrentamento com os movimentos sociais, impedir essa alteração.

O movimento da museologia social e a transformação social

Está o movimento da museologia social a responder a estes desafios. Vamos procurar responder a esta questão a partir da experiencia da museologia social no Brasil. Já verificamos que essa nova museologia social que falamos, que se constitui em Lisboa, em 1985 em torno do Movimento Internacional para uma Nova Museologia e estava ancorada no legado do movimento construtivista que onde a ação do individuo no grupo é vista como o resultado da sua interação com os outros.

A raiz da função social da museologia é este encontro do sujeito consigo e com os outros mediados pela museália. Assim esta nova museologia, ao invés de se centrar no objeto patrimonial, centra-se na relação que os objetos patrimoniais permitem criar entre os indivíduos. Aquilo que o património permite criar como campo de diálogo entre os membros da comunidade e com os territórios. Já vimos acima que a raiz dessa museologia se encontra na “Declaração de Santiago”, feita em 1972. Esta declaração, feita no contexto dos intensos movimentos sociais da América do Sul, chamou a atenção para a necessidade dos museus estarem ao serviço do desenvolvimento da comunidade e dos territórios. Introduz no vocabulário da museologia as questões do ambiente através do conceito do ecomuseu e do museu integral, uma preocupação que então estava na ordem do dia, quer na Europa por via dos movimentos ambientalistas, e que nas Américas emergia por via dos sistemas de propriedade e exploração do solo. Vimos que os efeitos desta declaração influenciaram profundamente o movimento museológico na América e na Europa, e está na origem do desenvolvimento dos novos tipos de museus de comunidade, de consciência, de território.

Passados doze anos, em 1984 no Québec no Canadá uma segunda declaração, que ficará conhecida como “Declaração do Québec”, irá marcar este movimento da nova museologia, introduzindo a questão da necessidade de envolver as comunidades e mobilizar a sua participação nos processos museológicos. Essa reflexão chega por via do intenso debate de vários museólogos de todo o mundo sobre experiências em ecomuseus. É a partir da consciência da necessidade de incorporar a participação da comunidade nos processos museológicos que determinará a vontade dos museólogos de se constituírem como um grupo dentro do ICOM. Esse grupo dera formalizado no ano seguinte, em Portugal, constituindo o MINOM.

O Terceiro momento de relevância para as nossas questões regista-se em 1992 através da “*Declaração de Caracas*”, onde se chama a atenção para a necessidade dos processos museológicos integrarem, debaterem e trabalharem as questões da globalização. Ao mesmo tempo emerge a consciência de que os museus são simultaneamente espaços de comunicação e de preservação, introduzindo uma dualidade na prática museológica. A nova museologia, que se continua a desenvolver com importantes contributos, será doravante marcada por esta tensão entre a salvaguarda das heranças e a sua comunicação, isto é do seu uso como instrumento de educação e de construção de inovação social (Bruno, 1996). É através dessa consciência que se vai formar a proposta de formação da cadeia operatórias da museologia, onde a questão e as problemáticas da conservação são colocadas em paralelo com a sua devolução à comunidade como processo de comunicação.

A partir dessa conceção da museologia como instrumento de construção da relação dos objetos mnemónicos com as comunidades e com os territórios, a operação museológica deixa de ser uma operação executada exclusivamente por peritos, para ser efetuadas de forma participada pelas comunidades. Trata-se duma operação que nos obriga a interrogar sobre o que se escolhe para preservar, que nos leva a questionar sobre quem seleciona, como se preserva e para que se preserva; ao mesmo tempo que, estando o processo museológico ao serviço da sociedade, nos obriga a interrogar sobre o que se comunica, como se comunica, para quem comunicamos e para quê o que comunicamos.

Finalmente chegamos a uma nova declaração do MINOM, a “Declaração do Rio” aprovada no XVI encontro Internacional do MINOM, em 2013, que defende uma Nova museologia com base nos afetos, na formação de narrativas construídas pelos

protagonistas, nos museus como processos políticos, poéticos e pedagógico que sejam simultaneamente protagonistas e cenários de construção de memórias e de sonhos que levam a reconstrução da realidade.

Esta nova museologia ao mesmo tempo que inclui novos objetos, novos protagonistas e se dissemina por vários espaços sociais em relação com outros processos transforma-se num serviço prestado à comunidade. Tal como surgem novos tipos de museus, tais como ecomuseus, museus de território, museus de comunidade, museus de identidade, museus de consciência, museus sem objetos ou as redes de museus; surgem novos objetos, tais como as narrativas biográficas, os patrimónios imateriais, ou objetos construídos no processo de conhecimento/fruição; e surgem novos processos museológicos, sejam espaço de cultura ou configurações onde os processos museológicos se entrelaçam com outros processos sociais, no campo da saúde, da educação dos serviços, etc.

Estamos perante um movimento que tem vindo a procurar a adequar as suas práticas à mudança social, procurando ajustar as suas práticas e formas organizacionais aos movimentos sociais. Como verificamos os processos desta nova museologia social tem vindo a procurar acompanhar os problemas do mundo. Relacionam os problemas locais com os problemas globais, atuam através de processos democráticos, inserindo-se e facilitando a criação de conexões nas comunidades, contribuem para a emancipação social através da criação de espaços e processos de encontro, introduziram as preocupações ambientais, de género, as questões dos recursos naturais. Também não é por acaso que esta última proposta duma museologia do Afeto tenha lugar no Rio de Janeiro, no Brasil, um lugar onde se experimentam processos de transformação social.

A nova museologia no Brasil.

O Brasil é na América do Sul um caso paradigmático de desenvolvimento dos processos museológicos. Na última vintena de anos centenas de novos museus e processos museológicos surgiram por todo o lado, desde a Amazónia ao Nordeste, passando pelas megacidades como São Paulo ou pequenas cidades do interior. Temas tão diversos como os Quilombos, os Sem-terra, os sertanejos, são temas de novos e interessante processo museológicos, que emparelham com questões mais identitárias, como o futebol ou o Museu da Língua Portuguesa. Não cabe no espaço deste artigo desenvolver com profundidade todo esse movimento. Um processo rico e variado que não é naturalmente todo tributário do Movimento da Nova Museologia. Vamos por isso escolher alguns casos, quase cirúrgicos onde procuraremos demonstrar a vitalidade dos processos de inovação no Brasil, e a forma como estão a acompanhar os movimentos sociais.

Todavia é necessário ter em atenção que o governo Brasileiro, na última dezena e meia de anos tem vindo a efectuar fortes investimentos em políticas públicas, quer no campo social quer no campo da cultura. Ao contrário do acontece nos países do norte, afectados por uma forte crise económica que leva o Estado a retirar-se dos processos de financiamento das políticas sociais públicas, o continente Sul americano, produtor de matéria prima em abundância, o Estado assume-se como o principal agente de transformação social, merced de fortes investimentos públicos.

No caso do Brasil, em particular, associado à exportação e matérias-primas para o mercado global junta-se ainda uma pujante agricultura, também para exportação que

beneficia o estado com elevado superavit. O excedente orçamental foi aplicado pelos governos populares em ampliar a rede pública de saúde, educação e cultura. Um esforço que permitiu, por exemplo que cerca de 40 milhões de brasileiros saíssem da pobrezaⁱⁱⁱ. No caso do sector cultural, as políticas públicas adoptadas pelo Ministro Gilberto Gil, para além de beneficiarem de orçamentos generosos também beneficiaram uma a estratégia de procura de resultados.

Ao invés das tradicionais políticas públicas centralizadoras que se geraram na Europa no âmbito dos processos de planeamento do pós-guerra, o ministério de Gilberto Gil optou por uma política de descentralização e proximidade. Os financiamentos eram sobretudo dirigidos aos pontos vivos da sociedade. Pontos que segundo o ministro mostravam vitalidade e eram capazes de irradiar ou contagiar os locais onde se inseriam. Muito influenciado pelo pensamento do filósofo Gil Deleuze (Deleuze, Gil, 2004) e pelo pensamento tibetano, cria o conceito de Pontos de Cultura. Esta filosofia da imanência ajustou-se particularmente bem às dinâmicas criativas das comunidades brasileiras no âmbito das suas diversidades. Comunidades em movimento, sem memórias e heranças territorializadas, comunidade muito jovens nas suas memórias. De certa forma as políticas culturais do Ministros Gil foi uma política de possibilidades através da procura de uma cultura que se entendia à sociedade de forma rizomática^{iv}.

Esta visão política teve uma profunda influência no campo dos museus. Três factores favoráveis influenciaram a política museológica brasileira. A vontade política, a disponibilidade de recursos, e uma visão sociomuseológica dos processos. Se os dois factores são facilmente identificados na leitura da formação da política pública, a influência que essa nova museologia vai assumir, seja na criação das políticas publica no campo do património e museus, seja na formação dos seus atores, só é identificável se soubermos que muitos destes agentes são sensíveis às propostas dessa nova museologia.

Por exemplo, Mário Chagas^v, no rio de Janeiro, através das suas propostas de Pontos de Memória, vai trazer para o campo do património as políticas de incentivar projetos de memória a partir da vontade de memória. Outro caso, Maria Cristina de Oliveira Bruno^{vi}, com os seus trabalhos na cidade de São Paulo em conjunto com Maria Inês Montovanni^{vii} que vão influenciar uma conjunto de processos museológicos em diferentes pontos da cidade. Ainda um terceiro caso, o de Maria Célia Moura Santos^{viii} que com os seus trabalhos e reflexões sobre a função educativa nos museus criou processos museológicos inovadores que levaram a que estes espaços se assumissem como espaços de empoderamento e capacitação das comunidades.

Se verificarmos o que une todos estes nomes da nova museologia brasileira verificamos que todos estão ligados a esse movimento da Nova Museologia, e às publicações nos Cadernos de sociomuseologia, editados pela Universidade Lusófona em Lisboa, onde uma boa parte dos princípios defendidos na Declaração de Lisboa são trabalhados no campo da investigação científica.

Embora ligados umbilicalmente a Lisboa, este movimento da nova museologia no Brasil ganhou uma especificidade própria. Enquanto, por exemplo em Portugal esse movimento de renovação, embora pujante, não conseguiu ganhar raízes profundas no tecido museológico português (Leite, 2014), no Brasil num contexto político e de investimento publico favorável ela ganhou um elevado protagonismo.

Um caso exemplar desse processo, entre tantos outros, pode ser exemplificados através dos museus de favela. Vamos citar apenas dois casos: O Museu de Maré, e o Museu Pavão, Pavãozinho e Canta Galo. Favela é um nome dado no Brasil aos bairros que crescem sem infra-estrutura na periferia da cidade.

O Museu de Maré^{ix} constitui-se como uma flor de lótus que floresce no meio de água. A zona da maré constituía um pântano, com as primeiras casas a serem construídas sobre estacas. Progressivamente o bairro foi sendo aterrado e tornou-se num relevante espaço de narcotráfico no Rio de Janeiro. Constituído em 2006 a partir da vontade da comunidade em contar a sua própria história, a criar oportunidades os moradores e para mostrar que a comunidade não é violenta, o museu tem vindo a desenvolver um conjunto de ações museais que mobiliza a comunidade. Por exemplo, actualmente existe uma reivindicação da comunidade museal de evitar o despejo do edifício onde o museu se localiza. O local, uma antiga fábrica, foi tomado de empréstimo por dez anos e encontrava-se abandonado. Através da atividade desenvolvida no museu o espaço ganhou relevância na comunidade, à sua volta floresceram uma série de atividades que fizeram valorizar o espaço, com os proprietários a reivindicarem a devolução do edifício. Contudo a comunidade entende que dado o serviço público que presta, o museu deverá permanecer no local e apelam aos poderes públicos para intervirem na sua salvaguarda.

No outro caso, dos museus de Pavão, Pavãozinho e Canta Galo^x oferece-se também a partir da iniciativa da comunidade um espaço de intervenção no tecido urbano. Localizado num morro sobre o Bairro de Ipanema, uma localização soberba sobre a Baía, o museu oferece um circuito das casas telas, onde a narrativa da história da comunidade é contada através de grafitis. As fachadas das casas foram pintadas com imagens da história da favela, desde o seu refúgio de escravos, até ao acolhimento dos migrantes nordestinos que construíram a cidade maravilhosa. As técnicas de conservação servem para a manutenção do edificado, os moradores ganham competências profissionais para combater as humidades, as infestações. Paralelamente o museu, que tem uma sede num centro paroquial, oferece atividades culturais à comunidade, uma escola e um grupo de samba, disponibiliza pontos de leitura e incentiva a constituição de pequenos negócios de oportunidade para os moradores. A favela vai-se requalificando do ponto de vista urbano, a sua população vai ficando mais capacitada e os problemas de violência social foram consideravelmente reduzidos.

Museologia social e Inovação Social

Concluindo a resposta à nossa questão sobre a possibilidade desta nova museologia se afirmar como um processo de colocar perguntas pertinentes para as questões relevantes da comunidade, podemos verificar, no caso do Brasil que esta nova museologia se afirmou. Marcou não só a sua política pública, como se foi desenvolvendo sobre diversas formas. Como ecomuseus, museus de comunidade, museus de consciência, memoriais, pontos de memória e, nos casos que apresentamos como museus de favela. Partiram de problemas pressentidos pelas comunidades e procuraram dar resposta às questões que as comunidades sentiram.

Se queremos conhecer os fenómenos não podemos ficar no leito. Temos que procurar nas margens. É aí que as coisas se transformam. Pensar a museologia social como um processo de envolvimento na transformação do mundo em que vivemos. O caso do

Brasil ilustra que esta museologia é um instrumento de transformação e construção d inovação social.

Uma das questões que normalmente se levanta no campo da função social dos processos museológicos é a capacidade que estes têm de gerar uma sustentabilidade interna através da produção de serviços à comunidade. Mais do que uma organização de prestação de serviços, no caso dos museus no Brasil verificamos que os espaços museológicos e os processos museológicos são espaços adequados às questões do empreendedorismo micro – social ou das economias populares. Constituem-se como espaços laboratoriais para experimentar a incubação social.

No Brasil a riqueza da vivência social nos museus está a permitir que as organizações sociais se constituem como espaços e intervenção na comunidade, gerando várias formas de organização inovadoras onde se desenvolvem práticas de democracia participativa. Mostra-nos que nos locais menos prováveis é possível reinventar a emancipação social e que a museologia tem um papel a desenvolver no uso das memórias da comunidade para criar organizações de inovação social. O desafio é saber como mobilizar as pessoas para trabalhar na comunidade. A solução será provavelmente ter confiança nas pessoas e nos processos. Essa é a condição básica para gerar a inovação social. Ao museólogo social caberá encontrar argumentos e estar preparado para agir.

Bibliografia

- Brecht, B., 1976. *Poemas*. Lisboa: Presença.
- Bruno, C. (1996), “*Museologia e Comunicação*” in *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, nº 9
- Bruno, C. (2004), “*As expedições no Cenário Museal*” in *Expedição São Paulo 450 anos, São Paulo, Museu da Cidade de São Paulo*, pp 36-47
- Castells, M., (2002). *A Sociedade em Rede da Sociedade da Informação: Economia, sociedade e cultura*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2006). *A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação Política*. Lisboa, INCM.
- Deleuze, G., (2004). *Capitalismo e Esquizofrenia*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Desvallées, A. (1992-4). *Vagues: une anthologie de la nouvelle museologie*. Paris:
- Desvallées, A. e Mairesse, F.(2010). *Concepts Clés de Museologie*, Paris, Armand Colin. (disponível em www.icom.museum)
- Honnet, A. (2011). *Luta pelo Reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais*, Lisboa, Edições 70.
- Leite, P. (2012). *Olhares Biográficos: A Poética da Intersubjetividade em museologia*. Lisboa: Marca D'Água.
- Leite, P. P., 2014. “*A nova museologia e os movimentos sociais em Portugal*”. *Cadernos CEAM* nº 28 (no prelo).
- Moutinho, M (2007). “*Definição Evolutiva da Sociomuseologia*” in XIII Atelier Internacional do MINOM, Lisboa (www.museologia-portugal.net/sociomuseologia)
- Primo, J. (2007). “*Documentos Básicos em Museologia: Principais Conceitos*” in *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 28, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- Santos, B. S. (2002). *A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da Experiência*, Porto, Edições Afrontamento.

Santos, B.S. (2006). *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*, Porto, Edições Afrontamento.

ⁱ A noção de museus tradicional aqui adoptada refere-se às instituições criadas fundamentalmente após a revolução francesa de 1782. De raiz essencialmente europeia, estas instituições vão constituir uma das bases das narrativas que suportam a constituição dos estados nacionais, absorvendo objetos de valor das instituições que são eliminadas ou se transforma. Progressivamente a instituição museu vai-se alargando, absorvendo as diferentes instituições de memória. Na década de sessenta irradia a partir de França, através das políticas públicas de André Malraux a figura do Centro Cultural, onde de algum modo se procura criar dinâmicas nas instituições de memória.

ⁱⁱ http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf

ⁱⁱⁱ Segundo o indicador da ONU, considera-se pobre um indivíduo que tenha um rendimento médio inferior a 1U\$ por dia.

^{iv} Discurso de Gilberto Gil no doutoramento Honoris Causa, Lisboa, 2008

^v Mário de Sousa Chagas, Doutor em Memória Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro

^{vi} Maria Cristina de Oliveira Bruno – doutora em Arqueologia – Universidade de São Paulo

^{vii} Maris Inês Montovanni – doutora em museologia – actual presidente do ICOM Brasil

^{viii} Maria Célia Moura Santos - doutora em Educação. Atual Secretária de cultura do Governo da Baía

^{ix} <http://museudamare.org.br/joomla/>

^x <http://www.museudefavela.org/>